



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

**EXPLICAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA NA
LEITURA HEGEMÔNICA**

Maria Fernanda Escurra¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma breve apresentação das principais formas de explicar o fenômeno da pobreza nos estudos atuais sobre o tema, assim como a conceituação e mensuração que são amplamente utilizadas. Tal apresentação permite ilustrar a visão conservadora que caracteriza a leitura hegemônica do fenômeno da pobreza no capitalismo contemporâneo e mostrar que essa leitura tem por pressuposto uma ontologia coerente com a forma de organização social capitalista que, caracterizada pela extrema naturalização e desistoricização da vida social, oculta as reais causas da pauperização.

Palavras-chave: Capitalismo; pobreza; Leitura hegemônica; Conceituação; Mensuração.

**EXPLANATION, CONCEPTUALIZATION AND MEASUREMENT IN THE
HEGEMONIC READING**

Abstract: The purpose of this article is to provide a brief presentation of the main forms in which the phenomenon of poverty is explained in current studies on the subject, as well as the conceptualization and measurement they usually use. This makes it possible to illustrate the conservative conception that underlies the hegemonic reading of the phenomenon of poverty in contemporary capitalism and to show that this reading presupposes an ontology coherent with the form of capitalist social organization characterized by the extreme naturalization and dehistoricization of hidden social life the real causes of pauperization.

Keywords: Capitalism; Poverty; Hegemonic reading; Conceptualization; Measurement.

1. Introdução

O presente artigo tem o intuito de ilustrar a visão conservadora que caracteriza a leitura hegemônica do fenômeno da pobreza no capitalismo contemporâneo e de mostrar que essa leitura tem por pressuposto uma ontologia que naturaliza e desistoriciza a forma de organização social capitalista. Para isso, no primeiro item, é realizada uma breve apresentação sobre as principais formas de explicar a pobreza e, na sequência, são abordadas as maneiras de conceituação e propostas de mensuração.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. E-mail: <mfescurra@gmail.com>.

2. Diversas formas de explicação do fenômeno da pobreza

Giddens (2004, p. 318), apesar de oferecer uma leitura particular sobre a pobreza, agrupa as teorias que procuram explicá-la em duas categorias principais: “as que consideram os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza” e as que consideram a pobreza como “produzida e reproduzida pelas forças estruturais do sistema”. O autor identifica a existência de uma longa história de atitudes que responsabilizam os pobres pela sua posição desprivilegiada. A crença enraizada de que a pobreza era o resultado de um “desajustamento” ou “patologia” dos indivíduos orientou os esforços iniciais da Casa dos Pobres do século XIX. Eles eram considerados incapazes de vencer na sociedade devido a uma série de características, tais como: falta de talento, fraqueza física ou moral, capacidades abaixo da média e ausência de motivação. Deste modo, a posição social era tida como reflexo do talento ou esforço pessoal; a existência de “vencedores” e de “vencidos” era considerada um fato da vida. Essa explicação deriva da concepção positivista e funcionalista de desajuste e patologia que naturaliza a pobreza, responsabiliza os pobres pela sua situação e desconsidera que ela é resultado da própria forma de organização social e da consequente divisão da sociedade em classes sociais.

Conforme Giddens, a concepção que responsabiliza os pobres pela situação de pobreza ressurgiu, a partir dos anos 1970 e 1980, quando a ênfase política foi colocada na “atividade empresarial” e na “ambição individual”. Essa ênfase recompensou aqueles que “obtiveram sucesso” na sociedade, e responsabilizou os que não foram bem sucedidos pelas circunstâncias em que se encontravam. A pobreza é, assim, explicada no estilo de vida dos pobres, nas atitudes e concepções adotadas. Uma das teorias mais influentes nessa perspectiva é a de Oscar Lewis (*apud* GIDDENS, 2004, p. 319) que argumenta que existe entre as pessoas pobres uma “cultura da pobreza”. Nessa teoria, Lewis, se contrapondo ao argumento de que a pobreza é resultado de inadequações individuais, defende que é resultado “de uma atmosfera social e cultural” na qual as crianças são socializadas. Segundo essa concepção, a cultura da pobreza provoca entre os pobres a resignação a uma vida de empobrecimento e é transmitida entre gerações porque os jovens carecem de razões para novas aspirações.

Charles Murray (*apud* GIDDENS, 2004, p. 319), sociólogo americano, foi responsável pelo desenvolvimento posterior da tese da cultura da pobreza. Murray

identificou os indivíduos que são pobres “sem culpa própria” – viúvos, órfãos ou incapacitados – como integrantes de uma categoria diferente daqueles que pertencem à “cultura da dependência”. Essa categoria, para o autor, é integrada pelos pobres que dependem das provisões da segurança social, em vez de entrarem no mercado de trabalho. De acordo com essa perspectiva, o Estado-previdência corroe o estímulo das pessoas para trabalharem, pois seu crescimento criou uma “subcultura” que minou a ambição pessoal e a capacidade de autoajuda.² Contudo, tanto o argumento da “cultura da pobreza” como o da “cultura da dependência” responsabilizam os pobres pela sua própria miséria. Os pobres são vistos como incapazes de serem bem sucedidos na sociedade devido à falta de capacidade, fraqueza moral ou ausência de motivação. Inclusive, considera-se que alguns, em vez de se auto-ajudarem, integram a categoria da “cultura da dependência”, na medida em que se tornam dependentes da ajuda exterior como, por exemplo, da previdência social.

Para Giddens (2004), a perspectiva que explica a “pobreza como resultado de grandes processos sociais” identifica diferentes fatores – classe, gênero, etnia, posição ocupacional, escolaridade – que moldam a forma como os recursos são distribuídos na sociedade entre os indivíduos. Neste caso, a falta de ambição entre os pobres é considerada uma “consequência” de suas situações condicionadas, e não uma causa tomada como cultura da dependência. Tal perspectiva, postula, assim, que “a redução da pobreza não consiste apenas numa questão de mudança das concepções individuais, mas requer medidas políticas destinadas a distribuir de forma mais uniforme os rendimentos e os recursos pela sociedade.” (Ibid., p. 320). Por conseguinte, a pobreza entendida como resultado de processos sociais, se bem vai além da teoria que “culpabiliza” os pobres por sua situação, compreende a pobreza no limite da política e no interior da própria forma

² Giddens (2004) sublinha que este tipo de teoria repercute na população britânica. Consequentemente, os inquéritos mostram que a maioria dos britânicos considera os pobres como responsáveis pela sua pobreza e desconfiam daqueles que recebem “ajudas do governo”. Contudo, observa o autor, “[c]erca de um quarto daqueles que vivem na pobreza na Grã-Bretanha encontram-se a trabalhar, mas ganham muito pouco para conseguirem sair dos limites da pobreza. Dos restantes, a maioria são crianças com menos de 14 anos, adultos com 65 ou mais anos e os doentes ou incapacitados. Apesar da visão popular acerca dos níveis elevados de embustes à segurança social, menos de 1% das candidaturas envolvem pedidos fraudulentos – número muito menor do que no caso das declarações do imposto sobre o rendimento, onde se estima que mais de 10% dos impostos são perdidos devido à evasão ou falsas declarações”. (Ibid., p. 320). Além disso, em contraste às perspectivas reais, muitos acreditam que pessoas que dependem da segurança social “poderiam encontrar trabalho” se estivessem determinadas a fazê-lo.

de organização social vigente, propondo seu enfrentamento no âmbito da distribuição, sem situar a gênese da pobreza no âmbito das relações sociais de produção.

Santos (2009),³⁴ ainda em relação às “diferentes formas de explicar a pobreza” – termo que alega utilizar para não usar de forma pretensiosa o termo “teoria” – identifica as explicações que “evitam o problema da pobreza ou procuram ocultar a realidade”, e as que “abordam o problema da pobreza parcialmente”; ambas, na sua visão, tornaram-se *slogans*, e são promovidas pelos meios de comunicação de massa. Dentre os “estratagemas” utilizados para fugir do problema da pobreza, o autor observa a análise da sociedade como se não tivesse classes sociais e que considera a pobreza apenas como uma fase necessária na mobilidade ascendente, admitindo que os pobres possam mudar de situação através de soluções isoladas, como “iniciativa individual”, “educação” ou “capacidade empresarial”. No caso da pobreza tratada como uma abordagem parcial compreende a crise urbana como resultado da explosão demográfica, agravada pelas migrações que provocam falta de empregos. A pressão demográfica seria responsável pela sobrevivência de uma economia não moderna ou tradicional, obstáculo da modernização e raiz do ainda chamado “dualismo”. Inclusive, o autor ressalta que as contradições entre as teorias são úteis por ser impossível encontrar uma solução coerente, aspecto pelo qual se insiste no “planejamento” que não resolve nada. Pois,

[...] ‘bom’ planejador é aquele que apresenta as chamadas soluções ‘objetivas’ e ‘viáveis’ dentro do sistema, de maneira a não abalar a sua continuidade e a afastar as soluções abrangentes, com a alegação de serem inviáveis. De um lado, existe uma confusão deliberada entre objetividade e sobrevivência do sistema e, de outro, a não objetividade e as propostas de mudança. (SANTOS, 2009, p. 79).

3. Definição e formas de mensurar a pobreza nos estudos contemporâneos

Nos estudos contemporâneos, a definição e as formas de mensurar a pobreza concentram majoritariamente a atenção na renda e na satisfação de necessidades básicas. Em virtude disso, vale assinalar inicialmente a análise de Medeiros (1998, p. 145-146) para quem, nas últimas décadas, a teoria neoclássica predomina nos trabalhos sobre pobreza e inspira as políticas para seu combate. A teoria neoclássica diz respeito a estudos

³ Cf. Santos (2009, p. 20-22 e 77-80).

econométricos que “procuram as causas da pobreza na manipulação e observação de dados” e é construída sobre um conceito de pobreza definido a partir da renda insuficiente para comprar uma cesta de bens e serviços de consumo básico. Esta teoria relaciona o aumento da renda com o aumento da produtividade marginal do pobre principalmente através de sua educação. Portanto, “[e]sta relação de causalidade, pouca educação *causa* pobreza, é a essência da teoria ortodoxa da pobreza, embora existam inúmeras variações em torno desta ideia central.” (MEDEIROS, 1998, p. 145-146, grifos do autor).

De forma geral, segundo o autor, a visão de pobreza que se oculta por trás da análise neoclássica é a “responsabilização do pobre por seu estado de pobreza”, enquanto “escolha livre e racional”, não sendo, assim, capaz de esclarecer as causas da ocorrência do próprio fenômeno. Tal análise, inclusive, encobre uma visão de mundo, pois não é possível a existência de um conceito de pobreza que seja neutro com relação a um julgamento “ético-político”. Na visão de Medeiros, a teoria neoclássica de pobreza não se sustenta, pois o “equilíbrio” e a “racionalidade substantiva”, que representam os pressupostos metodológicos que assume essa teoria, não expressam a complexidade do mundo real. Desse modo, por exemplo, a “existência de desemprego” e a “diferenciação salarial” “são atribuídas a ‘falhas’ no funcionamento dos mercados, em especial do mercado de trabalho, que afastam a economia da solução competitiva.” (Ibid., p. 146).

Rocha (2006) situa o início da discussão sobre pobreza nos países desenvolvidos após a euforia da reconstrução do pós-guerra diante de “situações de privação”, sem precisar levar em conta questões de sobrevivência – que não se colocavam naquelas circunstâncias. Desse modo, a ênfase era posta no “caráter relativo da noção de pobreza”.⁵

Segundo a autora, a “pobreza absoluta” está vinculada às questões de sobrevivência física, ao não atendimento de necessidades vitais. A pobreza fica, com isso, restrita apenas à mera reprodução da existência física dos indivíduos e limita as necessidades à cesta alimentar. Os estudos sobre “pobreza relativa” analisam o fenômeno a partir da definição de necessidades em função do modo de vida que predomina em uma sociedade e época determinadas. Entretanto, Rocha destaca que, na prática, a abordagem

⁵A conceituação e a proposta de mensuração apresentadas têm como referência Rocha (2006, p. 9-29, Capítulo 1: Conceituar para medir: o que é pobreza?).

da pobreza enquanto insuficiência de renda se generalizou e passou a ser adotada mesmo nos países mais pobres.

Giddens (2004, p. 313) observa que o conceito de “pobreza absoluta” está relacionado com a ideia de subsistência, enquanto condições básicas que permitem garantir uma existência física saudável. Segundo esse conceito vivem em condições de pobreza as pessoas que carecem de comida suficiente, abrigo e roupa; condições fundamentais para a existência humana. Acredita-se que este conceito é universalmente aplicável, pois se defende que a existência de padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para as pessoas de idade e constituição física equivalente, independentemente do local onde vivem. Entretanto, os que não aceitam a possibilidade de identificar tal padrão argumentam que é mais apropriado utilizar o conceito de “pobreza relativa”.

Os defensores do conceito de pobreza relativa, assinala Giddens, sustentam que a pobreza é culturalmente definida, e não deve ser medida com um padrão de privação universal, já que as necessidades humanas diferem entre sociedades e em seu interior. O autor argumenta, também, que existem dificuldades na formulação dos conceitos de pobreza absoluta e relativa. A determinação da “linha da pobreza”, baseada no preço de bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade, é uma técnica comum para medição da pobreza absoluta. Porém, pode ser problemático utilizar um único critério de pobreza por não considerar as variações das necessidades humanas. Ademais, Giddens salienta que alguns investigadores, como Townsend, consideram que a medição da pobreza exclusivamente através de critérios objetivos, como o nível de rendimento, subestima a verdadeira extensão da privação e procuram, por essa razão, medir a pobreza incorporando critérios subjetivos. A incorporação de informações sobre estilos e condições de vida, hábitos alimentares, profissão e atividades cívicas e de lazer revelaram discrepâncias significativas entre as necessidades identificadas pelos inquiridos e a sua capacidade de satisfação.

A “renda como critério de pobreza” estabelece um valor monetário associado ao custo das necessidades médias de uma pessoa em determinada população. A denominada “linha de indigência” ou de “pobreza extrema” é definida com base no valor das necessidades nutricionais e pretende distinguir, na população total, indigentes e não indigentes; se refere à falta de recursos necessários para a reprodução física do ser

humano, ou seja, a aquisição de cesta básica de alimentos com a quantidade calórica mínima necessária à sobrevivência.

A “linha da pobreza”, por sua vez, busca diferenciar pobres e não pobres a partir de um conjunto mais amplo de necessidades; caracteriza a população que alcança o valor da cesta básica de alimentos, mas apresenta carência em alguma necessidade básica, como habitação, saúde, educação, vestiário, transporte, lazer etc. Assim, a operacionalização via linhas de indigência ou linha de pobreza implica atribuir papel central à renda como geradora de bem-estar.⁶ Em consequência, os indicadores que consideram a “linha de indigência” e a “linha da pobreza”, 1 dólar e 2 dólares *per capita* por dia, respectivamente, permitem, conforme especialistas, quantificar o número de indigentes e de pobres e analisar a posição relativa dos países em relação à pobreza.

Curiosamente, Rocha, embora admita “dificuldades empíricas” para na prática estabelecer linhas de indigência e de pobreza a partir de um consumo mínimo necessário, destaca que as restrições ao uso da renda para medir a pobreza podem ser contornadas recorrendo a “procedimentos empíricos adequados”. Mesmo reconhecendo uma série de controvérsias, a autora define a pobreza tendo como critério a renda da seguinte forma:

[...] pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais. (ROCHA, 2006, p. 13).

⁶ Gillie (1996, *apud* MAURIEL e RAIS, 2013, p. 128-129) faz referência à origem oficial do conceito de “linha da pobreza”, no final do século XIX, na Inglaterra, como mérito de Charles Booth, embora ele não tenha utilizado o termo linha da pobreza para denominar a diferença entre pobres e não pobres. Na avaliação das autoras, “[a]s descobertas de Booth tocam questões contemporâneas da pobreza e mitos que o conhecimento sobre o tema procura disseminar. Ele e seus assistentes construíram mapas com uma ilustração da geografia da pobreza e da riqueza na Inglaterra [...] A linha da pobreza caracteriza-se como exemplo de iniciativa que se generalizou tomando como referência necessidades localizadas, cuja consequência imediata foi, acima de tudo, o desenvolvimento futuro do conhecimento sobre pobreza como um campo científico de pesquisa social empírica [...] As variações nas práticas de combate à pobreza normalmente refletem os vestígios de influência das *Poor Laws* inglesas, que se baseavam em alguns princípios chave, como o da responsabilidade local, o da menor elegibilidade, e o da fixação territorial. Tais princípios subjazam os sistemas assistenciais contemporâneos, e não devem ser vistos apenas como meros vestígios de uma tradição arcaica.” (Ibid., p. 129).

Barros et al. (2001, p. 2) reconhecem que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, mas afirmam “que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor”. Nesse texto, intitulado “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, os autores consideram a pobreza na sua dimensão particular de insuficiência de renda.

Segundo Rocha, quando é adotada a “abordagem de necessidades básicas”⁷ é possível levar em conta a noção de “pobreza relativa”. Isto abre diversas possibilidades e existe amplo escopo para julgamentos de valor, associado à definição de necessidades básicas, por exemplo: no caso do saneamento, levar em consideração o contexto urbano ou rural; em relação à habitação, as necessidades básicas precisam considerar as realidades culturais. A abordagem de necessidades básicas insatisfeitas incorpora uma ampla gama de necessidades humanas, como educação, habitação, saneamento etc. A abordagem de necessidades básicas ou pobreza “multifacetada” opõe-se à abordagem da linha da pobreza por abandonar a renda como indicador-chave, tendo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida; estabelece objetivos e mede resultados para a sociedade como um todo (taxa de analfabetismo verificada junto à população como um todo e não daquela observada entre os pobres); enfatiza o caráter multidimensional da pobreza e reconhece a inter-relação entre as

⁷ Ver a análise de Pereira (2000) sobre as necessidades que devem ser alvo das políticas sociais. A autora afirma que, em vez de mínimas, tais necessidades precisam ser cada vez mais otimizadas. Além disso, ela sublinha que como pré-requisito para a satisfação de “necessidades humanas” – que por serem humanas não podem equiparar-se ao nível bestial de carecimentos – trabalha a noção de “básico social” em oposição à noção liberal de “mínimos sociais”. Essa reflexão opõe-se à visão oficial que ganha visibilidade a partir dos anos 90 e que procura definir os mínimos sociais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Para a autora, segundo essa visão, arraigada na história da proteção social capitalista, as necessidades humanas são identificadas com necessidades meramente biológicas e a política social de assistência é equiparada com política de subsistência.

diversas carências. Esse aspecto, segundo a autora, resulta na implementação de políticas que privilegiam a complementaridade no combate aos diferentes aspectos da pobreza.

Além disso, observa Rocha, a prioridade da temática da pobreza por parte das organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento requeria um indicador sintético das condições de vida nos diferentes países. Assim, após três décadas, é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),⁸ no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990.

Rocha faz referência também à utilização, de forma complementar, das abordagens de renda e de necessidades básicas. Para isso, inicialmente se estabelecem linhas de pobreza para diferenciar pobres de não-pobres com base em sua renda. Em seguida, a população pobre é caracterizada no que diz respeito às diferentes dimensões de seu bem-estar de forma mais específica. Este é considerado um procedimento flexível, pois em função de condições concretas e de propósitos específicos podem ser estabelecidos o nível da linha de pobreza e escolhidos os indicadores da qualidade de vida.

4. Considerações finais

Na apresentação das principais formas de explicar o fenômeno da pobreza, assim como da conceituação e da mensuração que são amplamente utilizadas nos estudos contemporâneos sobre o tema é assinalado que elas com frequência concentram a atenção na renda. O fenômeno pensado em sua manifestação imediata limita a perspectiva de análise a propostas para “quantificar” ou a “métodos de medição da pobreza” e reduzem o fenômeno da pobreza a uma visão empirista, ignorando, desse modo, a análise da origem e reprodução do fenômeno da pobreza nas relações sociais. Sustenta-se que essa perspectiva é coerente com a teoria neoclássica que procura as causas da pobreza na

⁸ Indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores: esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*. Este indicador criado pelos economistas Sen e Mahbud Ui Haq, em 1990, é um exemplo de tentativa de incorporar outros critérios além da renda para construção de indicadores capazes de dar conta da complexidade social. Ao longo das últimas duas décadas outros oito indicadores sociais foram criados pelo PNUD: Índice de Liberdade Humana, índice de Liberdade Política, Índice de Desenvolvimento de Gênero, Índice de Poder por Gênero, Medida de Privação de Capacidade e Índice de Pobreza Humana (MAURIEL; RAIS, 2013, p. 130).

manipulação e observação de dados, sendo construída com base em um conceito de pobreza definido a partir da renda insuficiente para adquirir uma cesta de bens e serviços de consumo básico.

A medição da pobreza fundada na definição de linha de indigência ou linha de pobreza atribui papel central à renda como geradora de bem-estar. A denominada “linha de indigência” ou de “pobreza extrema” é definida com base no valor das necessidades nutricionais e pretende distinguir, na população total, indigentes e não-indigentes.

A “linha da pobreza”, por sua vez, busca diferenciar pobres e não-pobres a partir de um conjunto mais amplo de necessidades. Assim, a pobreza absoluta é definida pela condição de renda insuficiente para aquisição de cesta alimentar e a pobreza relativa a partir da definição de necessidades em função do modo de vida que predomina em uma sociedade e época determinadas. No entanto, por razões óbvias, nos dois casos, mais uma vez, desconsidera-se a possibilidade de analisar a causa da pobreza nas relações sociais que fundamentam a sociedade capitalista e que produzem e reproduzem o fenômeno da pobreza em escala ampliada.

Isso explica por que, conforme observam Mauriel e Rais (2013, p. 130), atualmente a mensuração de pobres por “linhas de pobreza” com base na renda ainda se mantém como principal tendência no âmbito internacional e no Brasil. Os critérios para a mensuração com base na renda são diversos, tais como: variação do salário mínimo, padrões monetários internacionais (como dólar *per capita* ao dia), valores necessários para adquirir uma cesta básica de alimentos etc. Porém, com base no exemplo brasileiro, Pereira e Amorim (*apud* MAURIEL; RAIS, 2013) assinalam que o número de extremamente pobres varia de forma extremamente significativa dependendo da linha utilizada. Configura-se, desse modo, como “problema político” o que parecia ser um problema técnico, pois as consequências sociais são evidentes na medida em que, segundo o tipo de linha utilizada, grupos sociais são incluídos ou excluídos na proteção pública. Por essa razão, “desde sua origem, para além de um problema técnico, subjacem aos indicadores opções éticas, políticas e teóricas. E que a depender da perspectiva teórica prevalecente [...] os indivíduos realmente possuem o poder de definir prioridades e ações.” (MAURIEL; RAIS, 2013, p. 134).

Em suma, quando considerada a partir de diversos tipos de indicadores, a pobreza é reduzida a uma visão empirista e pensada a partir de sua aparência imediata, como insuficiência de renda e incapacidade de consumo, definindo suas formas de enfrentamento através de Políticas e Serviços Sociais (SIQUEIRA, 2013, p. 193-197). Ainda sobre esse aspecto, no contexto neoliberal, diante da intervenção social do Estado mínima e focalizada, a redução dos parâmetros dos indicadores de pobreza e a identificação dos “mais pobres entre os pobres” é um imperativo para garantir a contenção de despesas e a redução do orçamento na área social.

Em síntese, parece evidente que a explicação predominante da pobreza exhibe aspectos conceituais e teóricos insustentáveis e pressupõe uma “ontologia conservadora implícita”. A pobreza naturalizada e desistorizada passa a ser um fenômeno comum a todas as variadas formas de organização social ao longo da história. Impossível, portanto, de ser compreendida. A suposta neutralidade axiológica que orienta os estudos (e políticas oficiais e oficiosas) contemporâneos sobre pobreza subentende, na verdade, uma concepção conservadora que eterniza precisamente as relações sociais que geram o fenômeno da pobreza.

Finalmente, acredita-se que a passagem a seguir ajuda a ilustrar de forma sintética o tratamento contemporâneo do fenômeno da pobreza e explica as formas de conceituação e mensuração apresentadas,

[...] [a] ciência deixa de ser uma forma de conhecimento para tornar-se uma técnica de abordagem de problemas específicos, perfeitamente delimitados, suscetíveis de observação objetiva, mensuração etc. É claro que nesse processo perde-se a noção do todo, do fato social total, ou de relações, processos e estruturas internos e externos. A ênfase do trabalho intelectual tende a concentrar-se sobre os meios de pesquisa e os modos de aperfeiçoar o *status quo* político-econômico da ocasião, ou as bases políticas, econômicas e culturais do capitalismo. (IANNI, 2011, p. 205).

Nessas circunstâncias, é evidente por que as explicações predominantes de pobreza exibem aspectos conceituais e teóricos limitados e pressupõem uma visão de mundo implícita que naturaliza o fenômeno e o reduz à sua aparência imediata.

Referências

BARROS, R. de P. et al. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Brasília (DF): IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 800).

ESCURRA, M. F. **Pobreza no capitalismo**: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAURIEL, A.;RAIS, C. B. R. Indicadores de pobreza nas políticas sociais brasileiras. **Revista Políticas Públicas**, São Luis, v. 17, n. 1, p. 127-137, jan./jun. 2013.

MEDEIROS, J. L. **A acumulação da pobreza: os processos de geração e reprodução da pobreza na economia capitalista**. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1998.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: USP, 2009.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.